



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO MUNICÍPIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

20

23

PREFEITURA MUN. DO JOAQUIM NABUCO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO
CONSOLIDADO



Documento Assinado Digitalmente por RAFAELA CISINA DOS SANTOS
 Acesse em: <https://steve.cepe.br/epm/validador.aspx?codigo=18442b01-18442b01-18442b01-18442b01>

C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA	2.555.107,33	2.162.127,16
JUDICIÁRIA	0,00	0,00
ESSENCIAL à JUSTIÇA	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	7.936.793,27	8.242.204,46
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.709.338,92	3.661.851,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.847.516,01	5.956.011,88
SAÚDE	12.595.128,14	12.676.433,36
TRABALHO	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	14.985.173,49	14.939.077,74
CULTURA	3.903.337,76	2.846.011,33
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00
URBANISMO	1.031.101,79	910.022,88
HABITAÇÃO	0,00	4.362,00
SANEAMENTO	11.598,23	4.839,00
GESTÃO AMBIENTAL	112.989,75	117.741,88
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00
AGRICULTURA	334.530,72	352.855,44
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	155.529,05	203.987,83
ENERGIA	602.402,74	632.727,92
TRANSPORTE	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	164.831,25	198.251,39
ENCARGOS ESPECIAIS	942.933,05	555.287,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	56.888.311,50	53.463.462,37

D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

CHARLES BATISTA DE MELO
 PREFEITO
 049.197.674-71

RAFAELA CISINA DOS SANTOS
 CONTADORA
 CRC PE Nº 032783/O-1



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO MUNICÍPIO DE JOAQUIM NABUCO

(Administração Direta e Indireta - Consolidado)

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

A Prefeitura Municipal de Joaquim Nabuco é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como município por força de Lei Estadual, a Prefeitura Municipal surgiu inscrita sobre o CNPJ 10.192.441/0001-96, estando atualmente localizada na Praça Dom Luiz de Brito, 10, Centro de Joaquim Nabuco, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2021, o município de Joaquim Nabuco conta com 15.999 habitantes e sua economia baseia-se agroindústria açucareira. Neste cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso município, a Prefeitura Municipal tem a função de criar o bem-estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infraestrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial.

A estrutura administrativa e operacional da prefeitura é composta por um quadro de 801 servidores, contratados por meio de concursos públicos, processos seletivos e nomeação direta, estes das mais variadas áreas de formação profissional. Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.joaquimnabuco.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Município de Joaquim Nabuco integra a Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal de Joaquim Nabuco e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de



Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitadas os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 1.168/2022 de 20/12/2022, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025;

Lei 1.166/2022 de 08/09/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023;

Lei 1.167/2022 de 20/12/2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Joaquim Nabuco para o exercício de 2023;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

O Município não possui órgãos da Administração Indireta.

As secretarias municipais são:

- Secretaria de Administração;
- Secretaria de Finanças;
- Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria de Infraestrutura;
- Secretaria de Assistência Social;
- Secretaria de Planejamento Estratégico e Integração;
- Secretaria de Agricultura;
- Secretaria de Gestão Ambiental;
- Secretaria de Esportes;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria de Cultura e Turismo;
- Secretaria de Comunicação Social;
- Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres.

Entidades abrangidas:

- Câmara Municipal de Vereadores;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal de Educação;
- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Defesa e Direito da Criança e do Adolescente;



- Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Joaquim Nabuco.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.joaquimnabuco.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2023 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública – SCIP, em todos os órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Município, referente ao exercício financeiro de 2023 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



1. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

1.1 Referência cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando interpretação dos usuários.

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidenciam as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade: operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência. Foi elaborado de acordo com a estrutura definida no item 06 do MCASP.

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS NOTA 01		85.224.587,39	77.336.379,96
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		6.935.265,61	5.572.747,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.148.698,59	1.304.695,10
Receita de Contribuições		4.304.535,42	3.407.298,30
Receita Patrimonial		10.253,00	3.833,12
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		72.352,00	31.764,00
Outras Receitas Originárias		23.306,44	96.564,57
Remuneração das Disponibilidades		376.120,16	728.592,34
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	B	55.348.760,32	51.437.869,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		22.940.561,46	20.325.763,53
Ingressos Extraorçamentários		6.083.632,98	5.109.054,81
Transferências Financeiras Recebidas		16.856.928,48	15.216.708,72
DESEMBOLSOS (Incluídos pago de RP) NOTA 02		81.929.673,70	75.468.785,75
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	C	56.888.311,50	53.463.462,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	B	2.101.392,84	1.813.136,54
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		22.939.969,36	20.192.186,84
Desembolsos Extra-Orçamentários		6.083.040,88	4.975.478,12
Transferências Financeiras Concedidas		16.856.928,48	15.216.708,72
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I) NOTA 03		3.294.913,69	1.867.594,21

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

NOTA 1 – INGRESSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS): Os ingressos representam a arrecadação de receitas correntes pela entidade, bem como as transferências de recursos correntes no decorrer do exercício, excluídas as referidas deduções. As receitas extra orçamentárias estão incluídas no item ‘Outros ingressos operacionais’. O valor dos ingressos decorrentes das atividades operacionais foi de R\$ 85.224.587,39. Aumento de R\$ 7.888.207,43, quando comparados ao exercício de 2022 que foi de R\$ 77.336.379,96.

NOTA 2 – DESEMBOLSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS): Os Desembolsos representam as Despesas Orçamentárias pagas no exercício bem como pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores. Os repasses de recursos a Câmara Municipal estão inclusos na conta de Transferências Concedidas Intragovernamentais. O saldo de Outras Transferências Concedidas representa o valor pago a título de subvenções sociais as entidades do terceiro setor do município. As despesas extra orçamentárias estão incluídas no item ‘Outros desembolsos operacionais’. O valor dos desembolsos decorrentes das atividades operacionais foi de R\$ 81.929.673,70. Aumento de R\$ 6.460.887,95, quando comparados ao exercício de 2022 que foi de R\$



75.468.785,75.

NOTA 3 – FLUXO DE CAIXAS LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2023 foi de R\$ 3.294.913,69. Enquanto que no exercício de 2022 foi de R\$ 1.867.594,21.

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS NOTA 04		39.700,00	164.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS		39.700,00	164.600,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS NOTA 05		3.867.385,76	4.505.058,60
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.859.002,86	4.482.558,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		8.382,90	22.500,60
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-3.827.685,76	-4.340.458,60

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

NOTA 4 – INGRESSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO): Os ingressos correspondem à soma das receitas de alienação de bens (leilão) no valor de R\$ 39.700,00,

NOTA 5 - DESEMBOLSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO): Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes, tais como as Obras e Instalações realizadas, Aquisição de Equipamentos e Material permanente e a Aquisição de terrenos realizados pela entidade. O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de investimentos foi de R\$ 3.867.385,76. Redução de R\$ 637.672,84, quando comparados ao exercício de 2022 que foi de R\$ 4.505.058,60.

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS NOTA 06		1.157.227,89	1.124.153,96
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		709.863,20	759.085,62
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		447.364,69	365.068,34
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-1.157.227,89	-1.124.153,96

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as transferências de capital recebidas pela entidade dos governos estadual e federal, bem como o desembolso de despesas com amortização da dívida de parcelamentos já elencados nas notas do balanço patrimonial.

NOTA 6 - DESEMBOLSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO): O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de financiamento 2023 foi de R\$ 1.157.227,89. Aumento de R\$ 33.073,93, quando comparados ao exercício de 2022 que foi de R\$ 1.124.153,96.



APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		6.236.499,45	9.468.449,45
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	NOTA 07	-1.689.999,96	-3.597.018,39
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		4.546.499,49	5.871.431,06

NOTA 7 - GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O resultado da soma das atividades operacionais, de investimento e de financiamento apresentou saldo negativo na ordem de R\$ 1.689.999,96 correspondente à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em referência. O resultado apresentado é R\$ 1.907.018,39 menor que o do exercício anterior.

2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

2.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos

2.2 Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

2.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

2.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00	R\$ 0,00

4. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA

Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00	R\$ 0,00

5. AJUSTES DECORRENTES DE RETENÇÕES

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 217/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE

6.1 Descrição dos itens mais relevantes do Fluxo de Caixa

Relevância	Descrição da Natureza da Conta	Valor (R\$)	
		2023	2022
1º	Transferências Correntes Recebidas	16.856.928,48	15.216.708,72
2º	Pessoal e Demais Despesas	56.888.311,50	53.463.462,37
3º	Outros Desembolsos Operacionais	22.939.969,36	20.192.186,84

6.2 Montante de Linhas de Crédito Obtidas, mas não utilizadas, que podem estar disponíveis para futuras atividades operacionais e para satisfazer a compromissos de capital, indicando restrições, se houver, sobre o uso de tais linhas de crédito

Não houveram operações de crédito do Município.

6.3 Itens incluídos no conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa:

O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” (Financeiro).

Analisado cada caso, e devido ao prazo de realização destes valores, pode haver procedimentos de lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” (Permanente), sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

6.4 Conciliação dos saldos de caixa e equivalente de caixa entre a demonstração de fluxos de caixa e o balanço patrimonial:

Conciliação dos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa entre DFC e o Balanço Patrimonial		
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Caixa e Equivalentes de Caixa)	Balanço Patrimonial (Caixa e Equivalentes de Caixa)	Diferença
R\$ 4.546.499,49	R\$ 4.494.435,60	52.063,89



A diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração de Fluxo de Caixa e o Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 52.063,89, refere-se a Aplicações em segmento de renda fixa a curto Prazo, realizados pelo Nabucoprev - Fundo Financeiro e Fundo Capitalizado, os quais têm seus registros contábeis efetuados no grupo de contas 1.1.4.0.0.00.00 do Ativo Circulante, em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), e não tem liquidez imediata.

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP					
Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS		LOA	SETOR DE CONTABILIDADE	31/12/2015	CONCLUÍDO
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP					
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registros de obrigações relacionadas à repartição de receitas.				
REGISTROS CONTÁBEIS	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		SETOR FINANCEIRO	SETOR DE FINANÇAS	31/12/2019	CONCLUÍDO
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
REGISTROS CONTÁBEIS	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		SETOR FINANCEIRO	RPPS	31/12/2019	CONCLUÍDO
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
REGISTROS CONTÁBEIS	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO	TRIBUTAÇÃO	31/12/2019	CONCLUÍDO
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.				
REGISTROS CONTÁBEIS	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO	TRIBUTAÇÃO	31/12/2019	CONCLUÍDO
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
REGISTROS CONTÁBEIS	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		SISTEMA DE INFORMAÇÃO	FINANCEIRO	31/12/2022	CONCLUÍDO
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
REGISTROS CONTÁBEIS	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
		SISTEMA	CONTROLE INTERNO	31/12/2019	CONCLUÍDO
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).				
REGISTROS CONTÁBEIS	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA DE PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO	31/12/2025	EM ANDAMENTO
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA DE PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO	31/12/2025	EM ANDAMENTO
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA DE PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO	31/12/2025	EM ANDAMENTO
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SETOR FINANCEIRO	FINANCEIRO	31/12/2015	CONCLUÍDO
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13ºsalário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA DE PESSOAL	RH DO MUNICÍPIO	31/12/2022	CONCLUÍDO
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
DRAA	SISTEMA ATUARIL	ATUÁRIO	31/12/2015	CONCLUÍDO
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA	CONTROLE INTERNO	31/12/2022	CONCLUÍDO
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA	CONTROLE INTERNO	A SER DEFINIDO EM ATO NORMATIVO ESPÉCIFICOS DA STN	CONCLUÍDO
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE	NÃO EXISTE
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA DE PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO	31/12/2024	EM ANDAMENTO
---------------------	-----------------------	------------	------------	--------------

Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	ALMOXARIFADO	SETOR DE COMPRAS/ALMOX.	31/12/2023	EM ANDAMENTO

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	GESTÃO	GESTÃO PÚBLICA	A SER DEFINIDO EM ATO NORMATIVO ESPÉCIFICOS DA STN	CONCLUÍDO

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE E PÚBLICA	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	CONCLUÍDO

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE E PÚBLICA	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	CONCLUÍDO

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE E PÚBLICA	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	CONCLUÍDO

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE E PÚBLICA	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	CONCLUÍDO

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE E PÚBLICA	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	CONCLUÍDO

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	GESTÃO	GESTÃO PÚBLICA	31/12/2024	EM ANDAMENTO

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE E PÚBLICA	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	CONCLUÍDO
---------------------	--	-----------------------------	------------	-----------

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
REGISTROS CONTÁBEIS	SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE E PÚBLICA	MM ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA	31/12/2014	CONCLUÍDO

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2023, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

CHARLES BATISTA DE MELO
Prefeito

ÁLVARO HENRIQUE QUEIROZ CORDEIRO
Responsável pelo Controle Interno

RAFAELA CISINA DOS SANTOS
Contadora CRC PE nº 032783/O-1